

A Responsabilidade Civil do Estado e impactos socioambientais da mineração na Amazônia Brasileira: contaminação por arsênio na comunidade do Elesbão em Santana/AP.

Ageane Ligia Aranha Braga¹, Rafael Dantas Dias²

1. Professora de Matemática da Rede Pública Estadual no Amapá e da Faculdade Estácio do Amapá; *ligiaageane@gmail.com

2. Sociólogo. Professor da Faculdade Estácio do Amapá. Pesquisador do Grupo Ribeirinhos da Amazônia: Educação, Territórios e Modos de Vida – UNIFAP

Palavras Chave: *Culpa estatal, ressarcimento civil e impactos socioambientais.*

Introdução

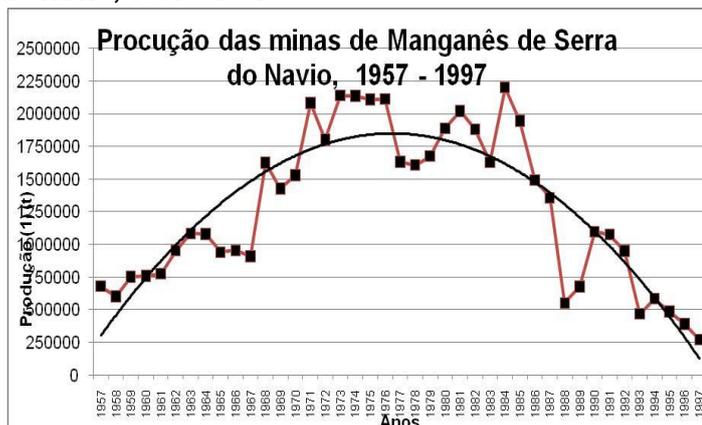
Os bens minerais tem papel de destaque na história da humanidade, sendo praticamente inimaginável a manutenção e melhoria da qualidade de vida humana, da produção e do consumo, sem a exploração deste recurso natural. Por sua vez, o aproveitamento dos recursos minerais resulta em impactos e conflitos socioambientais. Esses conflitos podem derivar de embates em função de interesses convergentes ou divergentes sobre o aproveitamento do patrimônio natural.

A comunidade do Elesbão, localizada no município de Santana enfrentou sérios problemas de poluição do meio ambiente em decorrência do depósito de rejeitos contaminados com arsênio proveniente da usina de pelotização de manganês de propriedade da Empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI que explorou o manganês por 46 anos. Nesse sentido, o presente trabalho, que tem como objetivo principal analisar à luz da legislação pertinente a responsabilidade civil do Estado do Amapá frente a essa contaminação. Utilizou-se de métodos como a pesquisa exploratória com auxílio do Estudo de Caso, e posteriormente, realizado levantamento documental e entrevista semi-estruturada. Constatou-se que apesar de haver culpa estatal devido ao não exercício do seu dever de vigiar (*culpa in vigilando*), não houve reparação dos danos morais sofridos pela comunidade do Elesbão devido à total ausência de ações civis públicas intentadas com esse fim. Nota-se que durante o processo histórico há dois lados distintos: a sobreposição de uma força economicamente superior a outra, causando conflitos resultantes das desigualdades antagônicas envolvidas.

Resultados e Discussão

A exploração do manganês no estado do Amapá, obviamente que além de escavação de solos, desmonte de morros, erosão, assoreamento de rios, mudanças de cursos ou desaparecimento de riachos, construção de lagoas de deposição existem outros aspectos relevantes, como por exemplo, a contaminação por metais pesados (águas superficiais, subsuperficiais e populações humanas) na área do porto da ICOMI em Santana e entorno (Comunidade do Elesbão).

Gráfico 1: Produção das minas de manganês de Serra do Navio, 1957 - 1997



O presente estudo foi realizado na comunidade conhecida pelo nome de Vila do Elesbão, em Santana, Estado do

Amapá. Para a realização deste trabalho, foi feito um estudo de caso com entrevistas semiestruturada com 16 moradores do entorno da Usina de Pelotização e com o Superintendente da ICOMI no Amapá. A entrevista semiestruturada e um dos principais meios que tem o investigador para realizar busca de dados. Trivinos (1987). Os moradores/as foram selecionados mediante critério de consulta a processos judiciais que tramitaram no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

Este tema apresenta duas vertentes de atuações: a primeira corresponde aos reflexos positivos, destacando sua importância para o desenvolvimento; a segunda corresponde aos efeitos negativos entre a comunidade e o Estado.

A partir da análise de informações contidas em processos de licenciamento ambiental, em relatórios de monitoramento, em entrevistas realizadas, entre outras fontes, foram identificados e analisados os conflitos socioambientais decorrentes das diferentes fases de atuação das empresas de mineração no Amapá, as relações desses conflitos com a gestão ambiental e com os discursos do desenvolvimento sustentável

Conclusões

São encontradas pessoas que ainda apresentam problemas de saúde coincidentes com alguns dos efeitos da contaminação por arsênio. Conclui-se que a exposição e contaminação por arsênio da população do Elesbão e bairros adjacentes pode ter alcançado proporções alarmantes e registro de diversas mortes por câncer e má formação de fetos, além de outros agravos envolvendo pessoas na área pesquisada.

O estabelecimento de uma real associação entre os agravos à saúde que elas apresentam e a exposição a esse agente tóxico depende de uma avaliação médico laboratorial bastante criteriosa.

Ao desenvolver esse trabalho traçou-se como objetivo analisar à luz da legislação pertinente a responsabilidade civil do Estado do Amapá frente à contaminação por arsênio ocorrida na comunidade. Nesse sentido chegou-se à conclusão de que o Estado do Amapá, se tivesse exercido efetivamente seu dever de vigiar as instalações da usina e a forma de deposição dos rejeitos, tal contaminação poderia ter sido evitada. Como não a exerceu, incidiu em culpa *in vigilando*, que é requisito para configuração da responsabilidade civil do mesmo; uma vez havendo responsabilidade sobre os danos, cabe então o dever de reparar, pois restou provada a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre a omissão no dever de vigiar e o fato danoso.

O impacto é violento. A mineração polui o ar, destrói a paisagem (serras e matas) e as nascentes de água, bem como desorganiza o território e sociabilidades construídas.

Referências

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. **O Amapá nos tempos do Manganês**: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943 – 2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

EMMENDOERFER, Izabela Ross. Danos Morais decorrentes de Danos Ambientais. Disponível em:

<http://izabellaemmendoerfer.blogspot.com/2010/05/danos-morais-decorrentes-de-danos.html>>. Acesso em: 23.05.2011.